

**feam**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE446132/2006  
DIINA 16.08.06Parecer Técnico DIINQ Nº 120/2006  
Processo COPAM Nº 170/1986/006/2005Empreendedor: **FAMOTEC – FÁBRICA MODERNA DE TECIDO LTDA.**

Empreendimento: Unidade industrial

Atividade: Indústria têxtil

CNPJ: 16.861.536/0001-31

Endereço: Rodovia BR 262, km 404 – Bairro Patafúfo

Município: Pará de Minas/MG

Referência: **AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2364/2005**

DN	Código	Porte/Classe
74/2004	C-08-08-7	M/5

Infração: **Gravíssima**

A Câmara de Atividades Industriais – CID do COPAM, quando do julgamento do Auto de Infração Nº 203/1999, concedeu o prazo de 20 dias para que a empresa firmasse Termo de Compromisso.

A assinatura deste termo foi efetivada em 11-11-2004, onde a empresa se comprometia a apresentar o projeto de destinação adequada dos resíduos gerados no sistema de tratamento de efluentes líquidos, até 18-6-2005, armazenando-os adequadamente até sua destinação final, a executar o Programa de Automonitoramento definido pela FEAM quando da concessão da Licença de Operação e, principalmente, a concluir as obras e operar todas as unidades do sistema de tratamento de efluentes líquidos, até 18-12-2004.

Ressalta-se que esses itens que constaram do Termo de Compromisso, correspondiam, em parte, às condicionantes da Licença de Operação que havia sido concedida em 18-12-2002.

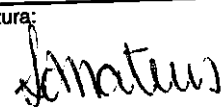
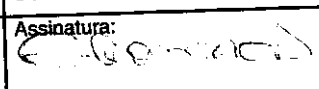
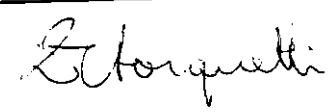
Entretanto, em 11-11-2004, a FAMOTEC solicitou a prorrogação do prazo para operar a unidade de tratamento secundária dos efluentes líquidos até 31-7-2005, e conclusão efetiva das obras deste sistema até 31-12-2005.

Devido ao histórico da empresa, em 26-4-2005 a CID/COPAM decidiu indeferir o pedido de prorrogação de prazo, aprovando a moção de suspensão das atividades da empresa, sendo publicada em 30-9-2005 a respectiva Deliberação Normativa Nº 212, que estabelecia a suspensão das atividades da FAMOTEC até a correção das irregularidades existentes.

Desta forma, como a prorrogação de prazo para conclusão do sistema de tratamento de efluentes solicitada pela empresa também caracterizava o descumprimento do termo de compromisso, foi lavrado o Auto de Infração Nº 2364/2005, em 17-5-2005, por “descumprir total ou parcialmente o Termo de Compromisso firmado com o COPAM em 20-4-2004, tendo em vista que não concluiu e não deu início a operação da segunda fase do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários”.

Em sua defesa ao Auto de Infração a empresa alega que no momento em que recebeu este Auto de Infração a segunda fase da ETE já estava em início de atividade, e que havia sido protocolado uma solicitação de prorrogação do prazo de atendimento desta condicionante de licença, porém, não recebeu qualquer notificação do órgão ambiental sobre o deferimento ou não desta solicitação, nem tão pouco teve ciência da reunião do COPAM que julgou a mesma.

A empresa alega também que se tivessem sido consultadas as fotografias encaminhadas ou vistoriado o local se veria que as obras civis estavam concluídas e as instalações em fase avançada, aguardando alguma máquinas.

Divisão de Indústria Química - DIINQ		Diretoria de Licenciamento de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM	
Autores: Lílana Adriana Nappi Mateus		Gerente: Eleonora Deschamps	
Assinatura: 		Assinatura: 	
Data: 16.8.2006		Assinatura: 	
Data: 16.8.2006		Data: 21.08.06	

As alegações da empresa não procedem, tendo em vista que o prazo fixado no Termo de Compromisso para a execução da segunda fase do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários, principal fonte de impactos negativos ao ambiente, expirou em 18-12-2004, e esta fase somente entrou operação em maio/2005 (data informada pela empresa), ou seja, 1 mês após o indeferimento pela CID/COPAM da respectiva prorrogação de prazo.

Ressalta-se que, quando da concessão da Licença de Operação em 2002, a CID/COPAM já havia beneficiado a FAMOTEC ao permitir que o sistema de tratamento de efluentes líquidos fosse implantado em duas etapas, tendo a primeira (tratamento primário) o prazo de 12 meses para execução, enquanto que a segunda fase (tratamento secundário), essa objeto da autuação, um prazo de 24 meses, diferentemente do praticado para outros empreendimentos de mesma tipologia industrial e com concepção de tratamento similar à da FAMOTEC.

Ressalta-se ainda que, como condicionante da primeira Licença de Operação desta empresa, concedida em 1998, estava prevista a implantação de sistema de tratamento de efluentes líquidos, porém a empresa não o fez, sendo autuada e posteriormente multada pelo CID/COPAM em 13-8-2002.

Pelo exposto este parecer sugere a aplicação das penalidades previstas na Legislação vigente, ouvida a procuradoria da FEAM.

58

Processo n.º: 00170/1986/006/2005

Assunto: Auto de Infração n.º 2364/2005

Autuado: Famotec Fábrica Moderna de Tecidos S/A.

048.396/07

Paq. 13-2-2004

Keppen

59

## PARECER JURÍDICO

### I) RELATÓRIO

O empreendimento **Famotec Fábrica Moderna de Tecidos S/A**, foi autuado como incurso no artigo 19, parágrafo 3º, item 3, do Decreto n.º 39.424/98, modificado parcialmente pelo Decreto 43.127/02, por cometer a seguinte irregularidade, *in verbis*: "*Descumprir total ou parcialmente o Termo de Compromisso formado com o COPAM em 20-4-2004, tendo em vista que não concluiu e não deu início a operação da segunda fase do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários.*"

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa foi devidamente notificada da autuação, através OF: DIHQ/Nº 177/2005, conforme o AR de fls. 04, juntado aos autos, e tempestivamente apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- quando recebeu o ofício de encaminhamento do auto de infração, a obra da estação de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários já estava em início de operação, sem lançamento de esgotos em outro local;
- protocolaram uma solicitação de dilação de prazo de atendimento desta condicionante;
- não tiveram ciência da reunião da CID que julgou o processo desta empresa, pois não compareceram na reunião e não enviaram nenhum representante;
- para concluir o sistema ainda falta equipar o laboratório e instalar a prensa;
- requer o cancelamento do auto de infração.

O Parecer Técnico de fls. 57/58, informa que o empreendimento possui médio porte e pertence à classe 5. Informa ainda, que o prazo para a execução da segunda fase do sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais e sanitários fixado no Termo de Compromisso expirou em 18/12/2004, entrando em operação somente em maio/2005. Ressalta que a CID já beneficiou a empresa quando permitiu a implantação do sistema em duas fases. Por fim, diz que as alegações apresentadas pela empresa não descaracterizam a infração cometida e sugere a aplicação das penalidades previstas em lei.

Do ponto de vista jurídico, a peça de defesa não apresenta argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida.

*[Assinatura]*

Conforme o SIAM, o empreendimento não possui reincidências, nem teve autuações anteriores. Desta feita, estando caracterizada a infração, o autuado deverá ser penalizado com a aplicação de uma multa.

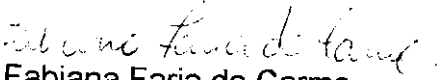
## II) CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos à **Câmara de Atividades Industriais**, recomendando a aplicação de uma penalidade de **multa**, no valor de **R\$ 26.603,56**, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea "b" (infração gravíssima, empreendimento de médio porte), c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

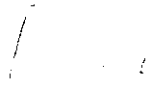
É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2006.

  
Eduardo Felipe Machado Silveira  
OAB/MG 83.584

  
Fabiana Faria do Carmo  
Estagiária de Direito  
OAB/MG 8053 E

De acordo:

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador-Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 – MASP 1043.804-2